

23 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Governo pode ter tido acesso a depósitos não tributários

DENÚNCIA Denúncia será discutida hoje
Governo entre presidentes do TJ e da
teria sacado OAB; governo estadual
depósitos não nega irregularidades
tributários

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Juliano Breda, e do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, Guilherme Luiz Gomes, realizam hoje uma reunião de emergência, em Curitiba, para discutir supostas irregularidades cometidas pelo governo estadual em relação aos polêmicos depósitos judiciais de natureza tributária e não tributária. Segundo o jornal Gazeta do Povo, em reportagem publicada ontem, o Executivo sacou depósitos não tributários, o que está proibido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, o Executivo teria dado um destino irregular aos depósitos tributários, cujo acesso é permitido de forma parcial e apenas para pagar precatórios.

A suspeita de ilegalidade em relação aos depósitos não tributários surgiu depois que clientes com direito a receber tais recursos não conseguiram acessar a verba na Caixa Econômica Federal (CEF). Advogados paranaenses foram informados de que o Estado havia zerado a conta. No dia 19 de dezembro, um cidadão de São Mateus do Sul foi retirar o valor correspondente a uma ação por desapropriação, contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que tramitava há quase 30 anos. Procurado pela FOLHA, o advogado responsável pelos trâmites confirmou a história, acrescentando que ela não se tratava de caso isolado.

Além dessa irregularidade, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) teria deixado de repassar ao TJ a parcela de 2% das receitas de dezembro para pagamento de precatórios, utilizando o dinheiro para outro fim, não especificado.

Ambas as práticas são proibidas pelo CNJ, embora, ao longo de 2013, o governo estadual tenha tentado ter acesso a tais recursos para resolver problemas de caixa.

Com base nas reclamações, a OAB enviou ofício à Caixa, cobrando explicações. O banco, por sua vez, alegou que efetuou os repasses em conformidade com o contrato pactuado entre as partes, ficando isento de responsabilidade por eventuais inconsistências. Segundo nota da instituição financeira, caso seja constatado algum depósito não tributário em favor do Estado, este terá de devolver o valor em até 48 horas, sob pena de ensejar a suspensão de novos repasses. A informação sobre o prazo, que se esgota hoje, foi confirmada pelo TJ.

CONTINUA

23 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em posicionamento enviado à imprensa na noite de ontem, o Poder Judiciário comunicou ainda que a parcela de 2% das receitas para pagamento de precatórios, no valor de R\$ 41,22 milhões, já foi quitada pelo governo estadual. A reportagem também procurou a OAB, que disse preferir esperar o resultado da reunião para se posicionar sobre o caso.

Outro lado

A Sefa garantiu que a transferência dos recursos se deu em conformidade com a legislação e com as recomendações do CNJ. "É facultado ao Estado utilizar até 40% dos valores e os 60% restantes são obrigatoriamente destinados a dois fundos de reserva. Tais fundos garantem a higidez dos depósitos judiciais tributários, sendo responsabilidade da CEF promover o levantamento destes valores em prol dos advogados e/ou partes em processos cujas decisões definitivas lhes sejam favoráveis", diz trecho da nota.

A secretaria acrescentou que a identificação da natureza dos depósitos, se tributários ou não, é realizada pelo advogado e pela instituição financeira. "Caso sejam identificados (...) depósitos que não sejam de natureza tributária, caberá ao Estado restituir tais quantias." Por fim, reiterou que os recursos correspondentes ao percentual de 40% dos depósitos de natureza tributária foram destinados ao pagamento de precatórios, mediante repasses ao TJ, e também ao pagamento da dívida fundada do Estado.

23 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

Poderfechado

A saída do desembargador Clayton Camargo da Presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, em setembro de 2013, não melhorou a relação do órgão com a imprensa. Desde o dia 20 de dezembro de 2013, a FOLHA aguarda, sem sucesso, o agendamento de uma entrevista com o atual chefe do judiciário estadual, Guilherme Luiz Gomes. Seguidas solicitações de informações relativas a temas ligados ao TJ, como o projeto que garante aos magistrados o direito a auxílio-moradia, encaminhado no final do ano passado à Assembleia Legislativa (AL), e a reabertura do concurso público para preenchimento de vagas em cartórios extrajudiciais do Estado, após série de polêmicas, também não foram respondidas. Camargo era conhecido por não falar com jornalistas. Já Gomes, quando assumiu o posto, em outubro de 2013, garantiu que o TJ estaria aberto a todos os veículos de comunicação do Estado.

23 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Barbosa critica colegas por caso João Cunha

Na Europa, presidente do STF
afirma que ministros interinos
poderiam ter assinado
mandado de prisão

Graciliano Rocha
Folhapress

Paris - Em viagem a Paris, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, criticou os colegas que assumiram o comando da Corte durante suas férias por terem dado "um mês a mais de liberdade" ao ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no esquema do mensalão. O tom de Barbosa foi de crítica aos colegas Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski que assumiram a presidência interinamente em janeiro e não assinaram o mandado de prisão do petista. Os recursos apresentados pela defesa do deputado foram rejeitados por Barbosa no dia 6 de janeiro, horas antes do magistrado deixar o Brasil em férias. "Qual é a consequência concreta disso? A pessoa condenada ganhou quase um mês de liberdade a mais. Eu, se estivesse como substituto, jamais hesitaria em tomar essa decisão", afirmou.

Barbosa alega que não teve tempo hábil para assinar o mandado porque a decisão ainda não havia sido comunicada à Câmara

de Deputados nem ao juiz de execuções penais. "Não é ato (pessoal) de Joaquim Barbosa. O ministro que estiver lá de plantão pode, sim, praticar o ato. O que está havendo é uma tremenda personalização de decisões que são coletivas, mas querem transformar em decisões de Joaquim Barbosa", declarou. Cármen Lúcia assumiu interinamente a presidência do Supremo no dia 7. Lewandowski, com quem Barbosa protagonizou discussões ásperas ao longo do julgamento do mensalão em 2012, está no comando da Corte desde a última segunda-feira.

Indagado se a não assinatura do mandado do petista visava desgastá-lo, o presidente Joaquim Barbosa foi irônico: "O presidente do STF responde pelo STF no período em que ele estiver lá à frente, sobretudo nas questões urgentes. Saber se um mandado de prisão é uma questão urgente ou não é a avaliação que cada um faz".

CLAUDIO HUMBERTO

*"A pessoa condenada ganhou
quase um mês de liberdade a mais".*

Joaquim Barbosa criticando os colegas do STF
que não prenderam João Paulo Cunha

23 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Discutir diárias 'é uma grande bobagem'

Paris - O presidente do STF, Joaquim Barbosa, também disse ontem em Paris que considera "uma grande bobagem" as críticas que vem sofrendo por ter recebido R\$ 14 mil em diárias para viajar à Europa durante as férias.

Ele disse que seus compromissos em Paris e Londres são de interesse público porque ele está representando o Poder Judiciário no exterior. Segundo o STF, o presidente interrompeu o descanso para cumprir compromissos oficiais na Europa.

"Eu acho isso uma tremenda bobagem. Nós temos coisas muito mais importantes a tratar. É uma coisa muito pequena. Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do Brasil e vocês estão discutindo diárias?", disse o presidente do STF, ao sair de uma reunião na Sorbonne, na tarde de ontem.

"Quando é que na história do Brasil o presidente do Poder Judiciário teve as oportunidades que eu tenho de viajar pelo mundo para falar sobre um poder importante da República?", completou.

Ontem, estavam previstos um encontro de Barbosa com a ministra da Justiça da França, Christiane Taubira. O encontro seria uma retribuição à visita feita por Taubira ao STF, no ano passado durante a viagem do presidente François Hollande. À noite, Barbosa seria o homenageado de um jantar no Conselho Constitucional (equivalente ao STF na França). Amanhã, ele profere uma conferência em um colóquio promovido pela Universidade de Paris-1.

23 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Discutir diárias é uma 'tremenda bobagem', diz presidente do STF

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, afirmou ontem em Paris que considera "uma tremenda bobagem" as críticas que sofreu por ter recebido R\$ 14,1 mil em diárias para proferir palestras na Europa durante suas férias.

"Eu acho isso uma tremenda bobagem. Nós temos coisas muito mais importantes a tratar. É uma coisa muito pequena. Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do Brasil e vocês estão discutindo diárias?", disse, ao sair da Sorbonne.

Barbosa argumentou que suas atividades em Paris e Londres são de interesse público. Segundo o STF, o pre-

sidente interrompeu o descanso para cumprir compromissos oficiais na Europa.

"Quando é que na história do Brasil o presidente do Poder Judiciário teve as oportunidades que eu tenho de viajar pelo mundo para falar sobre um poder importante da República?", questionou.

Ontem, ele esteve por cerca de 30 minutos com a ministra da Justiça da França, Christiane Taubira. À noite, foi homenageado em um jantar no Conselho Constitucional (equivalente ao STF na França). Entre os dois compromissos, fez compras na Galeries Lafayette, tradicional loja de departamentos francesa, por onde ficou por cerca de uma hora. Na sexta, Barbosa falará na Universidade de Paris-1. (GR)

ELIANE CANTANHÊDE

O que é e o que não é bobagem

BRASÍLIA - De Paris, o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, reclama dos que criticam as diárias de R\$ 14 mil por palestras na Europa durante o recesso: "Eu acho isso uma tremenda bobagem. (...) Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do Brasil e vocês estão discutindo diárias?"

Faz sentido, mas ele pode ter dificuldade para falar sobre a justiça no Brasil em seu sentido mais amplo.

José Dirceu foi condenado a 7 anos e 11 meses, mas, com base na lei e trabalhando daqui, lendo um livro dali, pode acabar passando só dez meses na prisão. O problema, obviamente, não é de Dirceu, mas do sistema.

José Roberto Arruda pisou na bola e caiu quando era senador, depois novamente como governador do DF e foi condenado e preso. Mas está caraminholando: "a que vou me candidatar em 2014? Deputado, senador, quem sabe governador?" E ele não é original. Joaquim Roriz, entre tantos outros, tem uma trajetória parecida.

Se os presos de colarinho branco jogam o foco na Papuda, em Brasília, as decapitações e as 63 mortes em Pedrinhas, no Maranhão, escancararam o horror em que vivem os presos comuns em todo o país.

O Brasil tem uma das cinco maiores populações carcerárias do mundo. São pobres, negros, pardos, iletrados. Muitos nem são culpados ou não foram condenados por crimes tão graves, mas mofam — e morrem — nas cadeias comandadas não pelo Estado, mas pelo PCC.

Levantamento da **Folha** apontou ao menos 218 mortos em 2013, ou uma morte a cada dois dias, nas prisões brasileiras. E isso sem Alagoas, Bahia e Rondônia...

Talvez Joaquim Barbosa seja crítico ao falar aos europeus das leis, dos recursos e das manobras protelatórias que deixam poderosos mais sujeitos que pau de galinheiro tendo um vidão. Conhecemos vários. Mas isso é só um lado. O outro é o da tortura, das mortes, das decapitações.

Há justiça no Brasil?

23 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa critica colegas por demora na prisão de petista

Cármem Lúcia e Lewandowski

não assinaram mandado contra João Paulo

Presidente do Supremo encerrou processo de deputado, mas saiu de férias sem expedir ordem para detenção

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, criticou ontem seus colegas por não terem assinado o mandado de prisão contra o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no julgamento do mensalão.

“Qual é a consequência concreta disso? A pessoa condenada ganhou quase um mês de liberdade a mais. Eu, se estivesse como substituto, jamais hesitaria em tomar essa decisão”, afirmou, durante viagem a Paris, onde cumpre agenda oficial.

No último dia 6, Barbosa rejeitou dois recursos apresentados pelo deputado, abrindo caminho para o início do cumprimento da pena de seis anos e quatro meses a que ele foi condenado pelos crimes de corrupção e desvio de dinheiro público. No dia seguinte, o presidente do STF saiu de férias sem deixar assinado o mandado de prisão.

Barbosa primeiro foi substituído interinamente pela ministra Cármem Lúcia, que não decidiu o caso do petista. Na segunda, o comando do Supremo passou para Ricardo Lewandowski.

“O presidente do STF responde pelo STF no período em que ele estiver lá à frente, sobretudo nas questões urgentes. Saber se um mandado de prisão é uma questão urgente ou não é a avaliação que cada um faz”, disse Barbosa ontem.

Segundo ele, o mandado poderia ter sido assinado por qualquer dos substitutos. Ele afirma não ter assinado o ato porque saiu de férias sem que o tribunal tivesse realizado a comunicação oficial da decisão à Câmara dos Deputados e ao juiz de execuções penais.

“Eu não podia praticar estes atos porque eu já estava voando para o exterior”, alegou, acrescentando: “Não é ato [pessoal] de Joaquim Barbosa. O ministro que estiver lá de plantão pode, sim, praticar o ato. O que está havendo é uma tremenda personalização de decisões que são coletivas, mas querem transformar em decisões de Joaquim Barbosa”, acrescentou.

Questionado pela Folha, Lewandowski informou que acompanha o entendimento da ministra Cármem Lúcia no

sentido de que o regimento interno do STF fixa a competência exclusiva do relator para decretar prisões. Cármem Lúcia não retornou as ligações da reportagem.

A competência para a expedição de mandados de prisão, no entanto, divide a opinião dos ministros. Quando Barbosa saiu de férias sem assinar a ordem de detenção de João Paulo, três integrantes do tribunal o criticaram, dizendo, sob condição de anonimato, que mesmo longe do STF ele poderia assinar digitalmente o mandado.

No início do mês, pessoas próximas ao presidente disseram que Barbosa chegou a cogitar a possibilidade de resolver o caso digitalmente.

A operação não teria sido realizada pois houve a avaliação que a validade do despacho poderia ser questionada pela defesa de João Paulo, que já classificou a demora na definição do caso de “desumana” para o petista.

Nesta quarta-feira, após as declarações de Barbosa em Paris, dois ministros do STF disseram que declarações criticando colegas de corte na imprensa, ao invés de ajudar, acabam por prejudicar o andamento do processo. Durante o julgamento do mensalão, Barbosa e Lewandowski protagonizaram vários enfrentamentos públicos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Barbosa retomará suas funções à frente do STF no dia 3 de fevereiro, quando o Judiciário encerra seu recesso.

23 JAN 2014

Colaborou SEVERINO MOTTA, de Brasília

PENDÊNCIAS DO MENSALÃO

O que o STF e a Vara de Execuções Penais ainda precisam resolver



MULTAS

A Justiça só intimou 8 dos 20 condenados a pagarem suas multas



TRABALHO EXTERNO

Ainda falta autorizar o pedido de trabalho de um condenado



NOVAS PRISÕES

Dois condenados no mensalão ainda aguardam ordem de prisão pelo STF



José Genoíno

Sua multa, foi a única a ser paga até agora; 19 ainda precisam pagar



José Dirceu

Aguarda autorização para trabalhar em escritório de advocacia



Roberto Jefferson

Pediu prisão domiciliar, mas ainda aguarda resposta



João Paulo Cunha

O STF ainda não expediu seu mandado de prisão

TRANSFERÊNCIA

O empresário Marcos Valério pediu ao STF para ser transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, para Belo Horizonte (MG). A Procuradoria-Geral da República é favorável, mas o STF ainda não se manifestou

Juiz não autoriza Henry a trabalhar aos domingos

A Justiça de Mato Grosso negou os pedidos do ex-deputado Pedro Henry (PP-MT) para trabalhar aos domingos no Instituto Médico Legal e cursar faculdade de fisioterapia à noite.

“É clara a intenção de recuperando em apenas se manter afastado do estabelecimento penitenciário”, avaliou ontem o juiz Geraldo Fidelis, da 2ª Vara Criminal de Cuiabá.

Condenado a 7 anos e 2 meses em regime semiaberto por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, desde 9 de janeiro ele cumpre expediente no Hospital Santa Rosa, em Cuiabá. Mas nos domingos e feriados fica preso o dia todo.

Também condenado, o ex-tesoureiro Delúbio Soares (PT) levantou até ontem doações de R\$ 30.610 para pagar a multa de R\$ 466,8 mil que lhe foi imposta.

23 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Togas em chamas

As críticas de Joaquim Barbosa a colegas voltaram a incendiar o clima no Supremo Tribunal Federal. Ontem, ministros trocaram ligações em pleno recesso para se queixar do presidente da corte. Se ele interrompeu férias em Paris para dar palestras, argumentaram, deveria fazer o mesmo para ordenar a prisão de João Paulo Cunha. Um ministro disse “estranhar” a preocupação com o petista. “Ele se cala sobre o também condenado Roberto Jefferson, que continua livre, leve e solto.”

A volta Depois de uma breve bonança, o episódio indica que o STF voltará a viver na tempestade a partir do dia 1º, quando os 11 ministros retomam o trabalho em Brasília. Na pauta, os últimos recursos de réus do mensalão.

Barrado... O Itamaraty rejeitou pedido de passaporte diplomático feito por Admar Gonzaga, ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, no ano passado.

...no baile Em ofício enviado ao TSE no fim de julho, o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Sérgio França, disse que o caso não estava previsto no decreto que regulamenta a emissão do documento.

Veja bem O artigo 6º do decreto prevê a concessão dos passaportes a ministros do TSE. O Itamaraty afirma que recebeu apenas uma consulta informal e que vai examinar a questão novamente se for procurado pela corte.

23 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SANTA ISENÇÃO

A Prefeitura de Aparecida (a 180 km de SP) vai recorrer da decisão da Justiça que suspendeu a cobrança dos impostos municipais ISS e IPTU do hotel Rainha do Brasil, administrado pelo Santuário Nacional. O empreendimento — de padrão quatro estrelas, cerca de mil leitos e diárias de R\$ 290 — entrou com ação para garantir imunidade tributária, que já possui nas esferas estadual e federal, por ser vinculado ao templo.

SANTA ISENÇÃO 2

Jairo Felipe Jr., advogado da prefeitura, diz que vai contestar até o fim do mês a decisão proferida em 19 de dezembro pela juíza Denise Moreira, da 2ª Vara de Aparecida. “Defendemos a legitimidade da cobrança dos impostos por se tratar de atividade comercial. A finalidade do hotel não é filantrópica ou social.” Procurada, a administração do santuário não se manifestou até a conclusão desta edição.

SANTA ISENÇÃO 3

“Não pagar imposto é pecado”, diz Ernesto Elache, presidente do sindicato de hotéis da região, que tem 3.600 associados. Segundo ele, ao se valer de registro como obra social por ser vinculado à igreja, o hotel deixa de pagar 33% de impostos, carga tributária que recai sobre os demais. “Isso é concorrência desleal. É tirar de um santo para vestir outro.”

SANTA ISENÇÃO 4

O líder dos hoteleiros conta ter procurado diretamente dom Raymundo Damasceno, arcebispo de Aparecida e presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e seu auxiliar, dom Darci Niciolli. “Disse a eles que não tem como defender moralmente isenção para um hotel de luxo que tem lojas e até bar.”

DANOS MORAIS

TJ-RJ mantém condenação de jornalista

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio manteve a condenação do jornalista Luiz Carlos Azenha por danos morais ao diretor-geral de Jornalismo e Esporte da Rede Globo, Ali Kamel. A indenização que

o jornalista deverá pagar foi, porém, reduzida de R\$ 30 mil para R\$ 20 mil. Kamel acusa Azenha de “perseguição pessoal” em seu blog. O advogado de Azenha afirmou que vai recorrer ao STF e ao STJ.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» DINHEIRO DE TERCEIROS

Governo admite que pode ter feito saques indevidos de depósitos judiciais

Governo do PR admite devolver saque indevido

↓ Acusado de se apropriar indevidamente de depósitos judiciais não tributários, o governo do Paraná afirmou ontem que, se for comprovada a irregularidade, irá devolver os valores sacados. Em nota, a administração estadual atribuiu eventuais erros à Caixa e a advogados. Administração estadual atribui eventuais erros à Caixa e a advogados. Mas garante que vai devolver valores a que pode ter tido acesso indevidamente

*Guilherme Voitch e
Euclides Lucas Garcia*

↓ Acusado de sacar indevidamente depósitos judiciais de terceiros, o governo do Paraná atribuiu ontem os supostos erros que

teriam sido cometidos à Caixa Econômica Federal (CEF) e aos próprios advogados que representam clientes com recursos alocados nesse tipo de conta. Em nota oficial, o Executivo afirmou que “a identificação da natureza dos depósitos, se tributários ou não, é realizada pelo advogado e pela instituição financeira no momento do depósito”. Extraoficialmente, integrantes do Executivo admitiram que o governo pode ter tido acesso a depósitos judiciais não tributários que não lhe cabia. “Não dá para dizer com 100% de certeza que não teve erro”, disse uma das fontes do governo ouvidas pela reportagem.

Em seu pronunciamento oficial, o governo admitiu também que pode devolver os valores que eventualmente tenha sacado indevidamente. Na nota, o governo menciona que isso seria feito com recursos do Fundo de Reserva — criado com 60% dos depósitos judiciais tributários (aos quais o Executivo estadual pode ter acesso parcial; o estado só não pode sacar os depósitos não tributários).

O mesmo entendimento

aparece em nota divulgada ontem pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que é o responsável pela guarda dos depósitos, feitos em conta da Caixa. “Na hipótese de ter ocorrido eventual equívoco com relação aos depósitos judiciais de natureza não tributária, o estado do Paraná tem o prazo de 48 horas para fazer a restituição do respectivo valor”, diz o informe do TJ.

Problemas

Fontes do governo ouvidas pela Gazeta do Povo dizem que o controle de fluxo dos depósitos na Caixa tem sido problemático desde o início do contrato. Segundo essas fontes, as complicações no controle dos recursos existem desde que houve mudança no banco responsável pela administração dos depósitos judiciais. A operação era feita anteriormente pelo Banco do Brasil. “É o banco que deve identificar os depósitos. Com a Caixa, essa situação se mostrou difícil desde o começo. O banco alegava que o advogado nem sempre informava corretamente e que, portanto, não tinha certeza do que era informado”, afirmou uma das fontes.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 JAN 2014

A própria Procuradoria-Geral do Estado (PGE) teria alertado a Caixa sobre problemas na gestão da verba. A PGE estaria, inclusive, fazendo um levantamento próprio sobre a natureza dos depósitos judiciais, se tributários ou não tributários.

A assessoria da Caixa manteve ontem o posicionamento de que a instituição faz apenas a homologação das transferências definidas pelo governo do estado e pelo TJ. “O parágrafo primeiro da cláusula segunda [do contrato] determina que a Caixa realize as transferências de acordo com a relação de contas apresentada pelo Governo do Estado/Secretaria da Fazenda, e homologada pelo TJ-PR, ficando a Caixa isenta de qualquer responsabilidade por eventuais inconsistências contidas na referida relação”, diz a Caixa em nota.

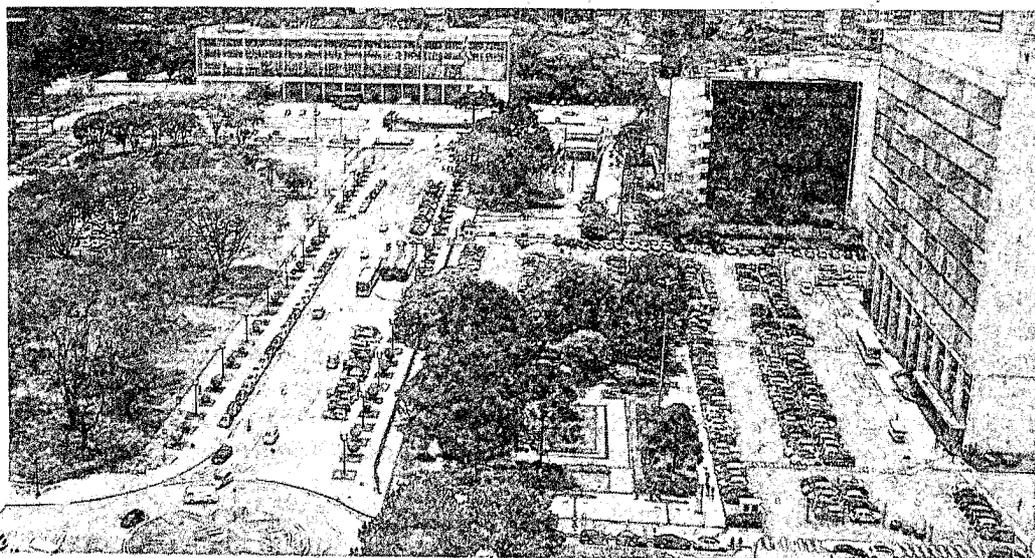
Questão

Depósitos judiciais são recursos depositados sob juízo pelas partes envolvidas em uma disputa judicial — que pode envolver tributos ou não. Esse dinheiro, relacionado à causa em questão, fica sob a guarda do Poder Judiciário até uma sentença final, quando a parte vencedora, então, retira o valor.

Em novembro de 2013, a Assembleia Legislativa aprovou uma legislação regulamentando o acesso do governo a parte dos depósitos judiciais de natureza tributária, conforme determina a Lei Federal 11.429/2006, que estabelece a regra para a utilização dos recursos pela União, estados e municípios. A utilização dos recursos de depósitos judiciais não tributários, no entanto, não é permitida pela legislação.

REUNIÃO DISCUTE HOJE O CASO

A diretoria da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) reúne-se hoje com representantes do TJ para discutir o caso. De acordo com a OAB-PR, ontem mais advogados relataram casos de saques em contas de depósitos judiciais não tributários. A Ordem já havia enviado ofício pedindo explicações à Caixa e ontem encaminhou um pedido de informações à Secretaria Estadual da Fazenda.



Vista do Centro Cívico: TJ (prédio à dir.) é responsável pela guarda dos depósitos judiciais, mas o Palácio Iguazu (no fundo) pode ter acesso à verba de natureza tributária.

CONTINUA

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OAB e TJ contradizem versão do estado sobre precatórios

A Comissão de Precatórios da seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e o Tribunal de Justiça (TJ) desmentiram informação do governo do estado de que teria destinado R\$ 80 milhões para o pagamento de precatórios referentes a dezembro e janeiro com parte da verba sacada dos depósitos judiciais tributários. Precatórios são dívidas do poder público definitivamente reconhecidas pela Justiça.

Por lei, os quase R\$ 154 milhões aos quais o Executivo diz ter tido acesso só poderiam ser usados para pagar precatórios e a dívida consolidada do estado. Segundo a Caixa Econômica Federal, o repasse do montante ao governo foi feito em 23 de dezembro. Com os recursos em mãos, a administração estadual alega ter pago justamente essas duas rubricas, sendo que R\$ 80 milhões teriam sido repassados ao TJ para o pagamento de precatórios, relativos às parcelas de dezembro e janeiro. Isso teria sido feito para cumprir a Emenda Constitucional n.º 62, de 2009, na qual o Paraná optou por repassar mensalmente 2% da sua receita — R\$ 40 milhões — para pagar precatórios.

R\$ 80 MILHÕES

é quanto o governo diz ter destinado para pagar precatórios de dezembro e janeiro. TJ diz ter recebido apenas R\$ 41,2 milhões.

A OAB-PR, porém, afirma que o repasse de dezembro só foi feito anteontem no fim da tarde — justamente momentos depois de a *Gazeta do Povo* questionar o governo sobre o assunto. A parcela vence em 31 de dezembro e o Executivo tinha recursos para pagá-la desde 23 de dezembro.

Já o TJ diz em nota que o Judiciário recebeu o repasse de uma parcela, no valor de R\$ 41,2 milhões. Fontes ouvidas pela reportagem garantem que o recurso dos depósitos judiciais teria sido usado, na verdade, para garantir o pagamento da folha do funcionalismo de dezembro (R\$ 1,2 bilhão), que ocorreu no dia 30. Já a parcela de janeiro dos precatórios, que continuaria em aberto, só vencerá no próximo dia 31.

“O governo tem atrasado o repasse dos 2%. Sem contar que, ao depositar a parcela com mais de 20 dias de atraso, não paga os juros correspondentes”, diz o advogado Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR. O governo nega as informações.

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

Pernas quebradas

23 JAN 2014

Seguindo à risca a “carta branca” que o governador Beto Richa lhe concedeu para agir como bem entendesse, desde que fosse salvo da vergonha de atrasar o pagamento do funcionalismo no fim de 2013, a procuradora Jozélia Nogueira foi à luta assim que assumiu a Secretaria da Fazenda, em outubro do ano passado.

Leia-se “luta” quase no sentido literal, de luta-livre mesmo, modalidade de “esporte” cuja violência quebrou uma perna de Anderson Silva, lutador campeão da UFC, ao disputar o cinturão de ouro com o americano Chris Weidman, no fim do ano passado. No caso, Jozélia fez o papel de Weidman e de pernas quebradas ficaram milhares de credores do estado. Com haveres líquidos e certos junto à Fazenda, os credores foram ignorados pela secretária, empenhada unicamente em depositar os salários dos servidores públicos que venciam em dezembro — salários normais e o 13.º. Não há dúvida de que, ao cumprir essa tarefa, mereceu o cinturão de ouro. Mas, em compensação:

- Muitas viaturas policiais estão ainda paradas para reparo em oficinas mecânicas porque o governo não lhes paga as contas.
 - Policiais militares frequentemente são obrigados a empurrar camburões porque não há combustível nos tanques.
 - Telefones da Segurança Pública foram cortados.
 - Empreiteiros que tinham faturas a receber desde agosto paralisaram obras.
 - Hospitais não conseguem repor estoques de medicamentos.
 - O programa Leite das Crianças sofreu colapsos de abastecimento no fim do ano.
 - Até o aluguel dos aviões que o governador usa para viagens ao interior não é pago desde novembro.
- Além desse dinheiro que foi sendo acumulado nos cofres da Fazenda para fazer frente às despesas de fim de ano, Jozélia foi à caça em outras fontes:
- Pegou R\$ 60 milhões antecipados de dividendos da Sanepar.
 - Fez o mesmo com a Copel, o que rendeu coisa de R\$ 150 milhões.
 - Da Fomento Paraná saíram outros R\$ 100 milhões.

Por último, fez pelo menos outras duas coisas cuja legalidade é contestada pela Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR) e passíveis, até, de levar o governador a responder por improbidade e crime de responsabilidade:

- Deixou de recolher por dois meses os 2% da receita para pagamento de precatórios, o que rendeu (provisoriamente) cerca de R\$ 80 milhões; esta omissão pode penalizar o estado com a impossibilidade de contrair empréstimos e receber repasses federais.
- É alvo de reclamações de advogados por ter sacado depósitos judiciais não tributários depositados na Caixa Econômica. Gente que já tinha valores creditados na CEF viu que, de repente, seus direitos estavam zerados. A operação teria rendido ao governo R\$ 140 milhões.

Enquanto isso, Brasília continua segurando os empréstimos que o estado pleiteia. Mantêm-se as dúvidas antigas: o Paraná está com suas contas regulares para ter o direito de obter os empréstimos? O Ministério da Previdência — que fiscaliza a regularidade dos institutos de previdência, caso da Parana Previdência — tem dúvidas. E o senador Roberto Requião, que entrou com representação na STN e em vários órgãos, diz que não. Jozélia diz que sim e afirma que ingressou com uma ação no Supremo, com pedido de liminar, para que sejam liberados imediatamente R\$ 817 milhões do Proinveste. Toda essa exasperação em torno da caça ao dinheiro, com golpes capazes de quebrar pernas alheias, não é fruto de um dia. É decorrência de anos em que as finanças estaduais deixaram de ser tratadas com a parcimônia e as cautelas devidas. Deu no que deu.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Coluna
do leitor

Depósitos judiciais

"Com o estado quebrado, há risco de pessoas, após anos litigando num processo, não verem um centavo. É gravíssimo, é expropriação de patrimônio privado. Tem de apurar com rigor."

Thiago Ferrari Turra, via Facebook, sobre as denúncias de que o governo estadual teria sacado indevidamente depósitos judiciais.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Pescadores ajuízam ação contra empresas e prefeitura

PARANAGUÁ

Oswaldo Eustáquio,
correspondente

■ A Federação dos Pescadores do Estado do Paraná ajuizou na última terça-feira uma Ação Civil Pública na Vara Cível de Paranaguá contra as empresas envolvidas no incêndio ocorrido no dia 15 de janeiro e contra o município de Paranaguá. Ontem, o prefeito Edison Kersten decretou a proibição da pesca por 30 dias na região atingida.

O decreto 1.178 prevê ainda que seja feito o cadastramento e a identificação de todas as pessoas que foram prejudicadas pelo acidente e que sejam distribuídas cestas básicas para os que vivem da pesca.

A Federação dos Pescadores alega que houve "acidente ambiental, que poluiu com o incêndio e vazamento nos mangues", e que os pescadores tiveram sua fonte de sustento prejudicada. De acordo com a entidade, o acidente atingiu diretamente mais de 200 famílias que moram à beira do mangue.

O prefeito informou que a proibição da pesca é uma medida preventiva, pois não foram encontrados animais mortos na região. A Federação Paranaense de Entidades Ambientais (Fepam) discorda e afirma ter recolhido mais de uma tonelada de animais marinhos mortos no Rio Emboguaçu.

Na ação civil pública, a entidade dos pescadores requereu, em caráter liminar, que o município de Paranaguá cadastre e identifique todas as pessoas integrantes das 200 famílias diretamente afetadas pelo vazamento. Já às empresas privadas envolvidas no acidente, pediu o pagamento de um salário mínimo federal por mês a cada membro das famílias.

EMPRESAS

As empresas citadas na ação são Brasmar Container Inland Services (APMT), APMT Serviços Retroportuários Ltda (APMT Terminais Brasil), Compacta Serviço Intermodal e Armazéns Gerais Ltda, Yara Brasil Fertilizantes S.A, além do município de Paranaguá.

CAMPOS GERAIS

Seis pessoas são presas por festa de criança em prostíbulo de Castro

■ Seis pessoas foram presas numa casa de prostituição onde estava sendo comemorado o aniversário de 1 ano de um menino em Castro, nos Campos Gerais, na noite de terça-feira. Segundo o delegado da Polícia Civil da cidade, Mário Sérgio "Bradock" Zacheski, mais três crianças de até 3 anos de idade foram encontradas e estavam morando no local com suas mães. "Não havia movimentação de clientes, mas o ambiente era completamente inadequado para esses menores. Havia até quadros de mulheres nuas nas paredes", afirma o delegado.

As mães das quatro crianças e três homens que também es-

tavam na casa foram presos em flagrante e estão na carceragem da 43ª Delegacia Regional de Polícia. Segundo o Conselho Tutelar de Castro, uma das crianças já foi encaminhada para a família em Piratô do Sul (Campos Gerais). "As outras três estão num abrigo aqui da cidade e devem ser levadas, ainda hoje, para casas de parentes", afirma o conselheiro Éderson Xavier.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Justiça bloqueia bens de Perrella

BELO HORIZONTE

Agência Estado

A Justiça mineira decretou o bloqueio de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senador Zezé Perrella (PDT-MG), de seu filho, o deputado estadual Gustavo Perrella (SDD-MG), e de ex-diretores da Empresa de Pesquisa Agropecuária de

Minas Gerais (Epamig) no valor de R\$ 14,5 milhões. A decisão judicial, em caráter liminar, atendeu a pedido do Ministério Público Estadual. A juíza Rosimere das Graças do Couto entendeu haver "indícios da prática de improbidade administrativa" em contratos firmados entre a Epamig e a Limeira Agropecuária e Representações, da família

de Perrella. Eles são acusados de firmarem "contratos, convênios e termos de parceria" sem licitação por meio dos quais a Epamig fornecia uma série de "sementes especiais" para serem plantadas em uma propriedade da Limeira. A empresa da família é proprietária do helicóptero modelo Robinson R-66 apreendido no ano passado com 443 quilos de cocaína em Afonso Cláudio (ES). A Polícia Federal instaurou inquérito, mas já declarou que, até o momento, não há indícios de envolvimento da família Perrella.

» RIO GRANDE DO SUL

Justiça condena Tarso por improbidade administrativa

PORTO ALEGRE

Agência O Globo

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), e dois ex-prefeitos de Porto Alegre foram condenados por improbidade administrativa, em primeira instância, por contratações irregulares de profissionais da área médica entre 1997 e 2002. A decisão é de setembro, mas só foi divulgada na última terça-feira. Com a decisão, Tarso e os ex-prefeitos Raul

Pont e João Verle tiveram os direitos políticos suspensos por cinco anos e terão de pagar multa de R\$ 10 mil. Além dos ex-prefeitos, foram condenados também os então secretários de Saúde Lúcio Barcelos, Henrique Fontana e Joaquim Kliemann. Os réus poderão recorrer da sentença. A ação foi movida pelo Ministério Público em 2012 devido a contratações temporárias para os cargos de auxiliar de enfermagem, enfermeiro e médico, entre outras funções na área da saúde. De acordo com a denúncia, foi violado o princípio constitucional de concurso público. Em nota, Tarso criticou a decisão e disse que o Judiciário não tem delegação popular para ser cogestor da administração pública.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» CASO ALSTOM

Multinacional pagou propina de 15% em SP, diz ex-diretor

Em depoimento à Justiça brasileira, o ex-diretor comercial da multinacional francesa Alstom André Botto informou que a matriz da empresa autorizou, em 1998, o pagamento de propina de 15% para que fosse fechado um contrato com estatais do governo de São Paulo — à época comandado por Mário Covas (PSDB). A informação foi publicada ontem pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que teve acesso ao depoimento.

Segundo a reportagem, a propina envolvia um aditivo contratual de US\$ 45,7 milhões (R\$ 108,4 milhões em valores atualizados pela cotação de ontem) para que a Alstom fornecesse equipamentos a três subestações de energia das estatais paulistas de eletricidade EPTE e Eletropaulo. A *Folha de S.Paulo* informou que o contrato foi fechado — o que teria rendido uma propina equivalente hoje a R\$ 16,2 milhões.

O contrato original era de 1983 e em 1998 não tinha mais validade. A propina serviria para que as diretorias da EPTE e da Eletropaulo não criassem problemas para aprovar o aditivo ou para que houvesse nova licitação.

O engenheiro francês André Botto era responsável na França pela parte comercial do contrato brasileiro. Seu depoimento contradiz a versão da filial brasileira da Alstom, que assegura que nunca pagou suborno.

Outro lado

Em nota enviada à *Folha de S.Paulo*, a Alstom voltou a negar o pagamento de propina e manifestou “veemente repúdio quanto às insinuações de que possui política institucionalizada de pagamentos irregulares para obtenção de contratos”.

O vereador paulistano Andrea Matarazzo (PSDB), que à época era secretário estadual de Energia, informou por meio de sua assessoria que nunca participou de discussões sobre o negócio com a Alstom. “A atuação de Andrea Matarazzo durante seus 20 anos de vida pública sempre se pautou pela absoluta correção e transparência”, diz nota da assessoria.

R\$ 16,2 MILHÕES

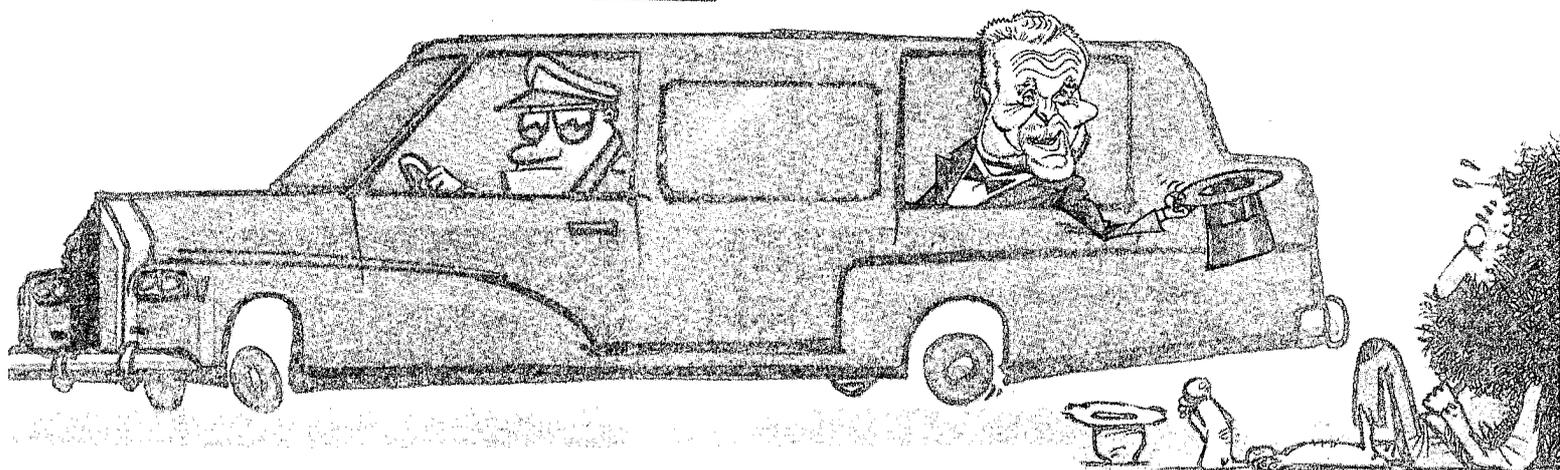
teria sido a propina paga, em valores atualizados, para que a Alstom ganhasse um aditivo contratual para fornecer equipamentos de energia a estatais paulistas. A denúncia, que consta de um depoimento de um ex-diretor da multinacional, foi publicada ontem pela *Folha de S.Paulo*.

23 JAN 2014

GAZETA DO POVO

É PARA
PAGAR
A MULTA

PAIXÃO



23 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Advogados acusam governo de sacar dinheiro de clientes

A OAB do Paraná realizou reunião de emergência ontem após vários advogados se queixarem de o governo do Estado ter sacado dinheiro das contas de depósitos judiciais de seus clientes. A princípio, o governo poderia movimentar os depósitos judiciais relativos a questões tributárias, mas acabou sacando também dinheiro de depósitos judiciais de natureza não tributária.

As queixas surgiram



Fukushima pediu providências ao Tribunal de Justiça

após os advogados tentaram levantar recursos das contas ao final das ações. A Caixa Econômica Federal informou que as con-

tas haviam sido zeradas pelo governo do Paraná. De acordo com o presidente da Comissão de Precatórios da OAB, Emerson

Fukushima, a medida é ilegal e está proibida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O governo do Paraná distribuiu nota negando a prática. Segundo o comunicado, o governo “não se apropriou de outros depósitos que não sejam de natureza exclusivamente tributária, nos termos autorizados pelo TJ e pela Caixa”. E que tudo o que foi movimentado até agora, foi de acordo com a lei.

23 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Gaeco recorre

Os promotores do Gaeco entraram com um recurso no Tribunal de Justiça do Paraná para pedir um aumento da pena do ex-diretor geral da Assembleia Legislativa Abib Miguel, condenado no início de janeiro por envolvimento na contratação de funcionários fantasmas. Bibinho recebeu pena de 18 anos, 11 meses e 20 dias, em um dos dois processos que responde pelos crimes de peculato, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

Cassação de prefeito Cascavel segue para o TSE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Rogério Coelho, definiu que o processo de cassação do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e do vice, Maurício Theodoro (PSDB), deve seguir para ser analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília.

De acordo com o TRE-PR, assim que a decisão do desembargador

for publicada oficialmente, o que deve ocorrer na quinta-feira (23), a defesa do prefeito e do vice precisará fazer um novo pedido para que o chefe do Executivo continue no cargo, já que a liminar que mantém Bueno e Theodoro à frente da Prefeitura perderá validade assim que a decisão for publicada.

23 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

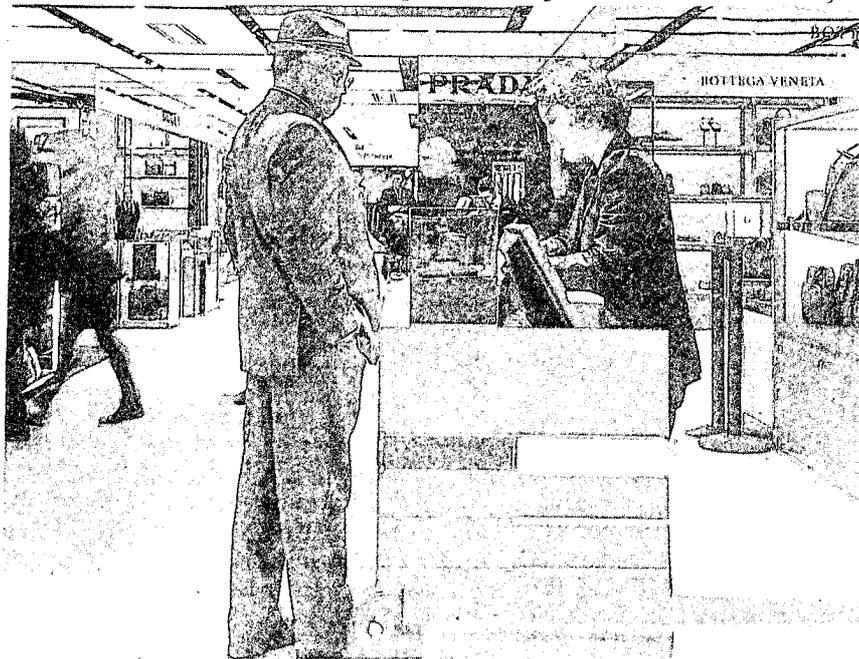
Barbosa ataca colegas que não decretaram prisão de João Paulo

Presidente do STF diz que tomaria decisão mesmo se estivesse interinamente no cargo

Sem citar nomes, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, criticou, em Paris, os ministros Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que o sucederam no comando interino do Supremo, por não terem assinado o mandado de prisão do deputado e ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), conde-

nado no processo do mensalão. Barbosa está em férias desde o dia 7. "Se eu estivesse como substituto jamais hesitaria em tomar essa decisão", disse. Sobre Cármen Lúcia, ele afirmou: "Não sei qual foi a motivação. Ela não me telefonou, não falou comigo". Para Barbosa, a decisão de prender o deputado

poderia ter sido tomada por quem o substituiu: "O que está havendo é uma tremenda personalização de decisões que são coletivas, mas que querem transformar em decisões de Joaquim Barbosa". Até 21h30, Cármen Lúcia e Lewandowski não haviam comentado as declarações.



Férias. Joaquim Barbosa esteve ontem em um centro de compras de Paris

23 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Cumprimento de penas. 'Se eu estivesse como substituto jamais hesitaria em tomar essa decisão', afirma em Paris o presidente do STF, que saiu de férias no dia 7 de janeiro sem assinar o mandado que colocaria na cadeia o deputado petista, condenado no mensalão

Barbosa critica colegas de Supremo por não mandarem João Paulo para a prisão

Andrei Netto

CORRESPONDENTE / PARIS

Sem citar nomes, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, criticou ontem os colegas Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que o sucederam no comando interino da Corte, por não terem assinado o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no mensalão pelos crimes de corrupção passiva e peculato - ele recorre da condenação de lavagem de dinheiro.

Barbosa realizou seu último expediente em 6 de janeiro, quando encerrou o caso referente aos crimes de corrupção e peculato. Depois disso, saiu em férias sem assinar a papelada necessária para que o petista fosse mandado preso. João Paulo aguarda em liberdade uma definição. Cármen Lúcia, que comandou a Corte até o dia 20, e Ricardo Lewandowski, que ficará na presidência até a volta de Barbosa, no início de fevereiro, decidiram não determinar já a prisão do deputado por não considerarem a questão urgente.

O regimento interno do STF atribui ao relator do caso a responsabilidade de assinar o mandado de prisão, cabendo ao presidente a decisão apenas em ca-

sos urgentes. O relator do mensalão é o próprio Barbosa.

"Se eu estivesse como substituto jamais hesitaria em tomar essa decisão", disse o presidente do STF em Paris. "Não sei qual foi a motivação. Ela (Cármen Lúcia) não me telefonou, não falou comigo", disse Barbosa. "A verdade é essa: o presidente do STF responde pelo tribunal no período em que estiver lá, à frente. Responde sobretudo a questões urgentes. Se é urgente ou não é avaliação que cada um faz."

Para Barbosa, a decisão de prender o deputado poderia ter sido tomada por qualquer ministro da Corte que o substituísse. "Eu assinei, terminei a decisão pouco antes das seis da tarde (de 6 de janeiro). Meu voo era às... saí de casa à 1 hora da manhã", disse, detalhando o cronograma de sua partida para o exterior, em 7 de janeiro. "Só depois de divulgada a decisão é que se emite o mandado e se fazem as comunicações à Câmara dos Deputados e ao juiz da Vara de Execuções. Nada disso é feito antes da decisão. Portanto eu não poderia ter feito isso, porque já estava voando para o exterior."

Pelo fato de não ter ainda sido comunicada, a Câmara ainda não analisou se abre ou não um processo de cassação de João Paulo.

O presidente do STF reclamou ainda do que chamou de "personificação" das decisões relativas ao mensalão. "É bom que os brasileiros saibam o seguinte: a figura do presidente do STF não se confunde com o STF. Aquilo é uma obra coletiva. Todos os atos que eu venho praticando na Ação Penal 470 (mensalão) tem sido praticados por delegação do colegiado. Não é ato de Joaquim Barbosa. Qualquer ministro que estiver lá, de plantão, pode praticar o ato."

O magistrado prosseguiu: "O que está havendo é uma tremenda personalização de decisões que são coletivas, mas que querem transformar em decisões de Joaquim Barbosa". A seguir, ressaltou o impacto da falta de decisão sobre João Paulo. "Qual é a consequência concreta disso? A pessoa condenada ganhou quase um mês de liberdade a mais."

Cármen Lúcia e Lewandowski não comentaram as declarações.

23 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

BASTIDORES: *Felipe Recondo*

Ministros discordam da tática de mandar prender a conta-gotas

Joaquim Barbosa é alvo no Supremo da censura de colegas que enxergam como tortuoso o itinerário definido por ele na execução das penas do mensalão. Elas começaram no dia 15 de novembro para apenas parte dos condenados, que foi levada a Brasília de avião da Polícia Federal. Entre os presos estava José Genoíno. Com histórico de problemas cardíacos, ele passou mal e só então obteve autorização de ficar temporariamente em prisão domiciliar, mas em Brasília, não em São Paulo onde o ex-presidente do PT morava com a família. Outro condenado com problemas de saúde, Roberto Jefferson permanece solto.

Após a primeira leva, as prisões foram decretadas a conta-gotas. Um colega atribui a estratégia simplesmente a algo arbitrário. Outro diz que o fatiamento seria uma forma de manter o caso nos jornais.

No início do mês, Barbosa negou um recurso da defesa do deputado João Paulo Cunha e certificou o trânsito em julgado do processo. O próximo passo seria assinar o mandado de prisão. Porém, Barbosa saiu de férias sem assinar o documento. Por isso, foi novamente criticado pelos colegas.

Cármen Lúcia assumiu a presidência da Corte, mas não assinou o mandado. Ela entendeu que somente Barbosa poderia determinar a prisão de João Paulo. E se Barbosa, como relator do julgamento do mensalão, não considerou o caso do deputado urgente a ponto de adiar suas férias, por que os outros ministros assim o fariam?

A mesma linha segue o atual presidente interino da Corte, o ministro Ricardo Lewandowski, revisor do julgamento do mensalão que protagonizou, durante o ano passado, uma série de embates com Barbosa no plenário do Supremo.

o Torcedor

Vice-presidente da Câmara, deputado André Vargas (PT-PR) disse ontem que a Casa vai rejeitar a cassação do mandato de João Paulo Cunha (PT-SP), condenado a 9 anos e 4 meses de prisão

O ESTADO DE S. PAULO

Polêmica sobre diárias pagas pelo STF é 'bobagem'

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, afirmou ontem em Paris que a polêmica envolvendo o uso de dinheiro público para o pagamento de suas diárias na Europa é "uma grande bobagem".

O ministro está em férias. Na semana passada, o **Estado** revelou que ele receberia R\$ 14 mil do Supremo por causa da viagem, durante a qual realizará duas palestras, uma em Paris, na sexta-feira, e outra em Londres, no início da semana que vem.

Ontem, ele esteve na Sorbonne, a universidade mais importante da França. Depois, passou na loja de departamentos Galeries Lafayette, onde permaneceu cerca de uma hora. Segundo sua assessoria, o presidente do STF comprou uma echarpe e uma gravata como presentes à ministra da Justiça francesa, Christiane Taubira, e ao presidente do Conselho Constitucional do país, Jean-Louis Debré, com quem teria um encontro horas depois.

Entre um evento e outro, Barbosa falou com jornalistas. Questionado sobre o interesse público dos eventos em Paris e Londres, que serão cobertos por 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, respondeu: "O interesse público é esse que vocês estão vendo. Eu sou o presidente de um dos poderes da República. Qualquer servidor que se desloca em serviço recebe diárias."

Sobre a polêmica no Brasil, o ministro afirmou que não leu nada a respeito e completou: "Saí de férias. Acho isso uma tremenda bobagem. Temos coisas muito mais importantes a tratar". Depois, reiterou: "Eu acho isso uma coisa muito pequena. Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do país, e vocês estão discutindo diárias", disse, enaltecendo a importância dos convites que recebeu.

"Quando na história do Brasil o presidente do poder judiciário teve as oportunidades que eu tenho de viajar pelo mundo para falar sobre um poder importante da República?", afirmou Barbosa aos jornalistas.

Segundo informações do STF, Barbosa receberá diárias no período de 20 a 30 de janeiro.

23 JAN 2014

23 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-diretor diz que Alstom pagou propina no Brasil

Depoimento prestado à Justiça francesa põe sob suspeita aditamento de contrato de energia no governo Covas; empresa afirma que 'repudia insinuações'

O ex-diretor comercial da Alstom na França André Botto afirmou, em depoimento à Justiça do país europeu, que a direção da empresa autorizou o pagamento de propina de 15% sobre um contrato de US\$ 45,7 milhões para fechar um negócio com uma estatal paulista no ano de 1998. Na ocasião, o Estado era governado por Mario Covas (PSDB).

O depoimento, constante de um rol de documento enviados por autoridades francesas a investigadores do esquema de prática de cartel no Brasil, foi revelado ontem pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Ele contradiz as afirmações reiteradas da Alstom Brasil de que nunca pagou propina.

O contrato em questão foi fechado com a Empresa Paulista de Transmissão de Energia (EPTE), estatal ligada à Secretaria de Energia. A época, o titular da pasta era Andrea Matarazzo, hoje vereador do PSDB em São Paulo.

A Alstom queria aditar um contrato que firmara em 1983 para a venda de equipamentos para três subestações de energia. Contudo, havia dúvidas sobre a validade do aditivo, pois a lei de licitações estabelecia limite de cinco anos para aquele tipo de negócio.

A propina paga pela Alstom serviria para evitar que a EPTE criasse entraves para a renovação de um contrato sobre o qual pairavam questionamentos. Se a empresa pública optasse por licitação, a multinacional francesa corria o risco de perder o negócio ou de ter que diminuir expressivamente suas margens de lucro. “

PARA ENTENDER

Contratos de energia e trens

O inquérito da Polícia Federal que investiga a atuação do cartel em São Paulo está dividido em dois. Uma parte se refere a contratos de energia do governo do Estado. É nessa parte em que se insere o depoimento do engenheiro francês e ex-diretor da Alstom André Botto. As autoridades brasileiras já indiciaram 11 pessoas sob suspeita de participação no esquema, entre elas o ex-secretário de Energia do governo paulista Andrea Matarazzo, hoje vereador pelo PSDB. Na outra parte do inquérito são investigados acordos prévios entre as empresas e pagamento de propina para a obtenção de contratos de metrô e trens. Nessa parte do inquérito seis pessoas já foram indiciadas, a maior parte ex-dirigentes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Tivemos de pagar comissões elevadas, da ordem de 15% do contrato”, afirmou Botto ao juiz Renaud Van Ruymbeke, em 2008.

O contrato, conhecido como Gisel (Grupo Industrial para o Sistema da Eletropaulo) acabou de fato sendo aditivado.

Botto é um personagem conhecido do escândalo do cartel desde 2008. Naquele ano veio a público um comunicado interno da Alstom, de 21 de outubro de 1997, em que ele já falava em propinas pagas no Brasil.

Em nota, a Alstom manifestou “veemente repúdio quanto a insinuações de que possui política institucionalizada de pagamentos irregulares para obtenção de contratos”. A empresa disse lamentar que “o conteúdo de investigações sobre supostas condutas ocorridas há quase 20 anos, que por obrigação legal deveriam ser tratadas de forma sigilosa, venham a ser utilizado de forma reiterada e desproporcional nos dias de hoje com o intuito de denegrir a imagem de uma empresa que cumpre com todas as suas obrigações legais”.

23 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

PRIMEIRA INSTÂNCIA

Vereador Goulart é condenado por ter contratado a gráfica da sua mulher

O vereador Antonio Goulart (PSD) foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa, acusado de usar verba de gabinete para contratar uma gráfica de propriedade da sua mulher, de novembro de 2009 a dezembro de 2010, quando era vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo. A Companygraf recebeu no período \$ 37.839,63 da cota mensal de gastos para o mandato e por isso também foi condenada pela 1.ª Vara da Fazenda Pública. O caso foi

revelado pelo Estado.

De acordo com o Ministério Público Estadual (MPE), o vereador infringiu uma resolução de 2003 da Câmara Municipal e violou princípios da administração pública, “embora o serviço tenha sido prestado e não haja prova a respeito de eventual superfaturamento”. Apesar de o réu ter feito a devolução do dinheiro antes de a Câmara instaurar processo administrativo, a ilegalidade do contrato não foi afastada. Goulart deve recorrer da sentença.

23 JAN 2014

METRO

Barbosa critica colegas por 'férias' de João Paulo

Mensalão. Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) afirma que, se estivesse como substituto na Corte, não deixaria de assinar a ordem de prisão do deputado petista

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, criticou ontem a decisão dos ministros que atuaram no plantão da Corte de não assinar a ordem de prisão contra o deputado João Paulo Cunha (PT-SP).

"Qual é a consequência concreta disso? A pessoa condenada ganhou quase um mês de liberdade a mais. Eu, se estivesse como substituto, jamais hesitaria em tomar essa decisão", declarou.

No dia 6, Barbosa concluiu o processo contra o deputado pelos crimes de peculato e corrupção passiva, com pena de 6 anos e 4 meses. João Paulo, porém, não foi preso porque o ministro saiu de férias sem assinar a ordem de prisão.

Ele alegou que não teve tempo hábil para assinar o mandado porque a decisão ainda não havia sido comunicada para a Câmara de Deputados e ao juiz de execuções penais

Os substitutos na presidência da Corte, Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski, avaliaram que a decisão é exclusiva do relator do processo, o que empurrou a decisão apenas para fevereiro.

Joaquim afirmou que "o ministro que estiver lá de plantão pode, sim, praticar o ato. O que está havendo é uma tremenda personalização de decisões que são coletivas".

Diárias

Barbosa interrompeu as férias para compromissos na França e Inglaterra. Por causa disso, receberá 11 diárias, que somam R\$ 14,1 mil.

"Eu acho isso uma tremenda bobagem. É uma coisa muito pequena. Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do Brasil e vocês estão discutindo diárias?"

23 JAN 2014

TRIBUNA DO PARANÁ
PINHAIS

Casamento tem inscrição até amanhã

Estão abertas, até amanhã as inscrições para o casamento comunitário promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pelo Programa Justiça no Bairro/SESC Cidadão, com o apoio da prefeitura de Pinhais. Os interessados deverão realizar a inscrição nos Centros de Referência em Assistência Social do município, no Centro de Convivência do Idoso (CCI) ou no Núcleo de Convivência Familiar- Norte.

O evento será uma cerimônia ecumênica celebrada pela idealizadora e coordenadora do Programa Justiça no Bairro, a desembargadora Joeci Machado Camargo. "Muitos casais que participam do casamento comunitário já vivem juntos, mas não podem pagar os custos de um cartório. Esta é uma oportunidade de regularizar a união dessas pessoas", afirma a desembargadora.

O casamento coletivo será realizado no dia 15 de março de 2014. Desde 2009 já foram realizados mais de 400 casamentos proporcionando aos casais a realização do sonho do matrimônio. Além disso, a oficialização da união traz vários benefícios legais ao cônjuge; como o Direito Real de Habitação que é assegurado independentemente do regime de bens, conforme disposto no artigo 1.831 do Código Civil.

Para a inscrição no casamento comunitário é necessária a apresentação do RG, CPF, comprovante de renda (de até três salários mínimos por família ou meio salário por pessoa) e comprovante de endereço. A lista de locais habilitados a receber as inscrições está no site da prefeitura de Pinhais (www.pinhais.pr.gov.br).

23 JAN 2014

BEMPARANÁ

Cassação

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TER/PR), Rogério Coelho, determinou o encaminhamento, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do processo de cassação do prefeito de Cascavel (região Oeste), Edgar Bueno (PDT), e seu vice, Maurício Theodoro (PSDB). Os dois tiveram o mandato cassado sob a acusação de fraude nas eleições de 2012. Durante a campanha, o deputado estadual José Aparecido Lemos (PT), então candidato à prefeitura pelo PT, teria acusado ambos de não ter residência na cidade. Mesmo após determinação da Justiça, mantiveram as acusações na propaganda eleitoral. O TRE determinou que Lemos, segundo colocado, fosse empossado, mas Bueno recorreu e conseguiu efeito suspensivo da decisão.

23 JAN 2014

BEMPARANÁ

Barbosa minimiza crítica a diárias

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou ontem, em Paris, que a polêmica envolvendo o pagamento de diárias pela instituição durante seu período de férias é "uma grande bobagem". O ministro está na capital francesa para participar de uma série de encontros políticos e de uma conferência na sexta-feira, antes de partir para Londres. Para ele, o País "tem coisas mais importantes a tratar" do que debater as 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, que serão pagas pelo STF.

As declarações foram feitas à imprensa brasileira na saída de um compromisso na Sorbonne, a universidade mais importante da França. Antes de se dirigir ao encontro com a ministra francesa da Justiça, Christiane Taubira, Joaquim Barbosa falou por sete minutos com os jornalistas. Questionado sobre o interesse público dos eventos em Paris e Londres, que interromperão seu período de férias, Barbosa minimizou.

"O interesse público é esse que vocês estão vendo. Eu sou o presidente de um dos poderes da República. Qualquer servidor que se desloca em serviço recebe diárias", argumentou. Sobre as críticas no Brasil, o ministro afirmou que não leu nada a respeito, e completou: "Saí

de férias. Acho isso uma tremenda bobagem. Temos coisas muito mais importantes a tratar".

A seguir, reiterou: "Eu acho isso uma coisa muito pequena. Veja bem, você viaja para representar o seu país, para falar sobre as instituições do país, e vocês estão discutindo diárias", disse, enaltecendo a importância dos convites que recebeu. "Quando na história do Brasil o presidente do poder judiciário teve as oportunidades que eu tenho de viajar pelo mundo para falar sobre um poder importante da República?".

Segundo informações do STF, Barbosa receberá diárias no período de 20 a 30 de janeiro. Mas sua agenda oficial só começou nesta quarta, em Paris, e deve se esgotar em 29 de janeiro, com uma palestra no King's College, de Londres.